



Recurso n.º 2/2012

P.º CDISS 11/2008

Não se conformando com o teor do acórdão proferido pelo Conselho Disciplinar da Região Sul (CDISS), de 04.10.2011, que deu por praticada uma infração disciplinar, condenando-o numa pena de Advertência, veio o participado, Eng.º Civil Luís Domingos Cristão Marques da Costa, recorrer para o Conselho Jurisdicional (CJ).

O Recurso com as respetivas alegações foi admitido pelo CDISS, que o remeteu ao CJ, que também o admitiu. A participante não apresentou contra-alegações.

1. Relatório

Dirigida ao Conselho Disciplinar da Região Sul, doravante 1.ª instância ou CDISS, deu entrada na Região Sul da Ordem dos Engenheiros, a 19/11/2008, uma participação subscrita por Fernanda Isabel Bicho Travassos, doravante participante, residente na Rua do Operário, n.º 2 D, Aldeia Nova da Boavista, Portimão, contra o Eng.º Civil Luís Domingos Cristão Marques da Costa, membro efetivo da Ordem, com a Cédula Profissional n.º 42550, inscrito naquela Região, doravante participado ou recorrente, porquanto, na qualidade de perito para apurar o valor das alterações introduzidas durante o processo de construção de uma moradia unifamiliar, sita na Rua do Operário, Aldeia Nova da Boavista, Portimão, propriedade da participante, teve um comportamento para com a participante, que esta então considerou poder ter violado os seus deveres deontológicos.

2. Fundamentação.

2.1. Dos factos

2.1.1 Segundo a participante (fls. 2 a 4):

- a) No ano de 2005 (em data que não precisou) solicitou ao participado que elaborasse uma peritagem com vista a apurar o valor das alterações introduzidas durante o processo de construção da moradia supra citada;
- b) Em setembro de 2005 o participado apresentou-lhe o relatório da peritagem;
- c) Nessa altura verificou que o participado não juntou a nota de honorários pelo trabalho prestado;
- d) Tendo-lha solicitado, verbalmente, nessa mesma ocasião;
- e) O recorrente respondeu-lhe que “não era nada”, ao que a participante insistiu que lhe dissesse qual era o valor do seu trabalho, tendo o aqui recorrente lhe respondido, desta feita, que não sabia quanto havia de lhe levar, mas que estivesse descansada, pois logo lhe pagaria quando obtivesse do construtor aquilo que já tinha pago a mais;
- f) A participante ficou desconfortável com esta indefinição do valor do trabalho que lhe tinha sido entregue;
- g) Entre setembro de 2005 e 14 de outubro de 2008, falou ao telefone com o recorrente algumas vezes, pois este ia mostrando interesse em saber como iam as coisas com o construtor. De todas as vezes que lhe falou, pediu-lhe que lhe apresentasse a conta do seu trabalho;
- h) Em outubro de 2008 na sequência do recorrente lhe ter dito que agora é que lhe iria apresentar a conta, combinou com ele uma hora para ele a apresentar na sua casa (o que já tinha acontecido uma vez e o recorrente tinha faltado);
- i) O recorrente compareceu e quando se dirigiu à participante, na entrada da casa desta, “começou a falar muito alto dizendo em tom que fosse ouvido por transeuntes e vizinhos de que “não me paga o que me deve”, “não me paga desde 2005”;
- j) De seguida empurrou a participante de modo que esta bateu com as costas na parede da casa;

k) O alarido foi tal que o seu pai, pessoa de muita idade, que andava a passear por perto, ouviu e veio averiguar o que se passava. Quando viu o recorrente a gritar com ela tentou falar com ele tendo sido empurrado também;

l) Pediu ao recorrente que saísse da sua casa e foi para dentro da mesma, assustada, incrédula com o que se tinha acabado de passar, muito preocupada com o seu pai, que ficou muito nervoso e envergonhado por imaginar que quem tivesse ouvido as palavras do recorrente pudesse pensar que era má pagadora, que não é, de modo algum, a sua maneira de ser;

m) Algum tempo depois bateu-lhe à porta a sogra do recorrente (que não conhecia), mas como estava ainda muito perturbada esta voltaria mais tarde;

n) O que aconteceu, tendo-lhe entregue um documento. Nessa altura a participante disse à sogra do recorrente que iria apresentar queixa crime contra este, tendo-lhe aquela pedido que o não fizesse;

o) Entretanto o recorrente voltou a aparecer dizendo que queria 10% do valor que ela devia ter pedido ao construtor;

p) Explicou-lhe que a relação com o construtor nada tinha a haver com o pagamento do trabalho que lhe havia encomendado e que lhe teria pago no dia em que lhe apresentou o relatório se lhe tivesse dito quanto era;

q) Sete dias após estes acontecimentos recebeu uma carta em que o recorrente fala de um prazo para contestar valores apresentados à Protiago e da quantia que deveria liquidar e que diz ter apresentado verbalmente em 08/09/2005 e por escrito em Maio de 2006, sendo tudo falso, pois o valor a pagar foi-lhe apenas apresentado em 14/10/2008.

A participante não juntou à participação os documentos que refere.

2.1.2. Segundo o participado (fls. 17 a 63):

a) A pedido da participante elaborou relatório de peritagem relativo ao custo das obras de alterações e materiais aplicados na construção da moradia;

b) O participado foi contactado pela participante em Julho de 2005, por intermédio de uma amiga desta, que havia já recorrido aos serviços do participado;

c) Num primeiro contacto a participante deu a conhecer ao participado a existência de um litígio com o construtor da moradia em causa, porquanto, solicitou a este obras de alterações e aplicação de materiais diversos em relação ao projeto inicial; concluída a obra, o construtor apresentou-lhe uma fatura de valor muito elevado em relação aos preços praticados no mercado, necessitando por isso de um relatório de peritagem para fundamentar essa desconformidade;

d) Aceitou prestar o serviço, ressaltando que necessitaria de deslocar-se ao local e avaliar a documentação por forma a estimar o trabalho e tempo necessário com a execução do relatório;

e) Tendo-se deslocado ao local concluiu pela complexidade do trabalho;

f) A participante ainda assim, insistiu para que o participado elaborasse o relatório da peritagem;

g) Ao que o participado acedeu;

h) Nessa altura comunicou à participante o valor dos seus honorários;

i) Em setembro de 2005, entregou o relatório da peritagem à participante;

j) A 12/05/2006, o participado apresentou à participante em mão, a proposta de honorários (fls. 20);

k) Da qual a participante não reclamou;

l) Devido à complexidade do processo e ao direito ao contraditório do construtor, o participado foi mantendo o contacto telefónico com a participante, a qual sempre demonstrou grande respeito pelo trabalho de peritagem levado a cabo pelo participado;

m) Só em 2008, o participado tomou conhecimento que a participante tinha resolvido a situação com o construtor, levando-o a concluir que a participante não necessitaria mais dos seus serviços, razão pela qual só nessa data, reclamou o pagamento dos honorários que havia acordado com a participante;

n) Relativamente à reunião havida em casa da participante em 14/10/2008, o participado afirma que manteve um comportamento irrepreensível sob o ponto de vista deontológico;

o) No que respeita ao empreiteiro da obra em causa, o participado não mantém ou manteve com o mesmo qualquer tipo de relação profissional, amizade ou familiar.

O participado juntou: (i) cópia da proposta de honorários (fls. 20 a 22); (ii) cópia do relatório da avaliação/peritagem (fls. 23 a 60); (iii) cópia da nota de honorários (fls. 61 a 63).

2.1.3. Instada a pronunciar-se sobre o recebimento da nota de honorários nos termos e datas referidos pelo participado, veio a participante através de carta recebida a 04.06.2009, dizer que, apesar das suas

1944
insistências, nunca o participado lhe entregou qualquer nota de honorários antes de 14.10.2008, data em que a sua sogra lhe apresentou.

Juntou nota de honorários no valor de € 3.150,00, datada de 14.10.2008, e carta do participado datada de 20.10.2008, a enviar a referida nota de honorários e em que este refere que está de acordo com a proposta de honorários apresentada verbalmente a 08/09/2005 e por escrito a 12 ou 13 de maio de 2006 (fls. 65 a 67).

3. Acusação pelo CDISS

Em 10.02.2010, foi proferido despacho de acusação pelo CDISS (fls. 76 a 78).

4. Acusação pelo Ministério Público (MP).

Em 27.10.2010, veio a **participante** juntar aos autos cópia da acusação proferida pela Procuradora-Adjunta do Ministério Público da Comarca de Portimão, pelos crimes de ofensa á integridade física simples, previsto e punido pelo art.º 143.º, n.º 1 do Código Penal. O MP decidiu ainda que a assistente/queixosa, aqui participante, deduzisse, querendo, acusação particular de um crime de injúria, p. e p. pelos artigos 181.º e 188.º do Código Penal), cuja prática ocorreu em 14.10.2008 (fls. 81 a 83).

5. Defesa da acusação proferida pelo CDISS.

5.1. Em 21.03.2011, o **participado** apresentou na Delegação Distrital de Faro da Região Sul, a defesa da acusação do CDISS, as quais entraram neste órgão disciplinar a 31.03.2011, tendo juntado cópias endereçadas à participante de: (i) proposta de honorários, datada de 12.05.2006; (ii) relatório da avaliação/peritagem, datado de 23.09.2003; (iii) nota de honorários, datada de 20.10.2008 (fls. 87 a 120).

5.2. Não aceitação pelo CDISS.

Estas alegações de defesa do participado, não foram aceites pelo CDISS (fls. 121 a 124), porque apresentadas fora de prazo, embora não as tenha mandado desentranhar dos autos.

6. Desistência da queixa

6.1. Em 22.06.2011 veio, de novo, a participante aos autos para desistir da queixa apresentada, declarando que tinha chegado a acordo com o participado e que não mantinha interesse na continuação do processo disciplinar (fl. 125).

6.1.2. Não homologação da desistência

Em 30.08.2011, o CDISS decidiu não homologar a desistência da queixa “ por considerar que o comportamento assumido pelo Sr. Eng.º Luís Domingos Costa Rodrigues, afeta o prestígio da profissão” (fls. 127 e 128).

7. Sentença do tribunal

A 01.07.2011, veio o participado juntar aos autos cópia de certidão da sentença (já transitada em julgado) proferida pela juiz titular do 1.ª Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, no P.º 678/09.OTAPTM, em que ele foi arguido, e em que, a aqui participante, foi queixosa/assistente. Na sentença foram dados como provados os seguintes factos:

(i) No dia 14 de Outubro de 2008, cerca das 11h00, o arguido dirigiu-se à residência de Fernanda Isabel dos Reis Bicho Travassos a fim de cobrar desta uns honorários por um trabalho que lhe havia prestado de peritagem.

(ii) O arguido e a assistente entraram em discussão e no decurso da mesma o arguido disse-lhe em voz alta: não me paga o que me deve.

(iii) O arguido apresentou-lhe de honorários o montante de 3.150,00€.

(iv) O arguido é Eng.º Civil, diz auferir um vencimento de 500,00€ e tem 3 filhos menores.

(v) O arguido não regista antecedentes criminais.

(vi) A queixosa depois de 14 de outubro de 2008 mudou o seu comportamento e mostrou-se perturbada.

O tribunal, em obediência ao princípio *in dubio pro reo*, não deu como provado:

- Que o arguido no decurso da discussão tenha referido dirigindo-se à queixosa, para além da matéria provada, que ela lhe não pagava desde 2005.

- Que o arguido tenha agarrado a queixosa pelos ombros e empurrado contra a parede causando-lhe dores. Não tendo também dados como provadas quaisquer agressões ao pai da aqui participante.

Tendo o tribunal concluído que não se provou que o arguido tivesse molestado fisicamente a queixosa, como estava acusado, nem que a tivesse ofendido na sua honra e consideração.

Por outro lado, no entender do tribunal o arguido prestou um serviço à queixosa de peritagem no âmbito da sua profissão de Eng.º Civil e, apresentada a conta de honorários, a queixosa/assistente não lhe pagou por discordar da mesma. Nestes termos, considerou o tribunal, o arguido não imputou à queixosa quaisquer factos que não fossem verdadeiros.

1954

Decidiu o tribunal as acusações improcedentes por não provadas e consequentemente absolver o arguido da autoria dos crimes de que estava acusado.

Quanto à indemnização cível requerida pela queixosa, uma vez que não se provou ter o arguido praticado qualquer ato ilícito penal, o mesmo não se constituiu na obrigação de indemnizar, tendo improcedido o pedido cível deduzido pela assistente.

8. Factos dados como provados pelo CDISS

No seu acórdão/decisão de 04/10/2011, a 1.ª instância deu como provados os seguintes factos:

- a) Em julho de 2005, o participado foi contratado pela participante para realizar uma peritagem às obras de construção de uma moradia unifamiliar, sita na Rua do Operário, Aldeia Nova, em Portimão;
- b) À data da contratação não foram fixados nem foi apresentada pelo participado qualquer proposta de honorários atinente ao serviço a prestar à participante;
- c) O Relatório de peritagem foi entregue em setembro de 2005, não tendo o participado, nessa data, apresentado a sua Nota de Honorários;
- d) No dia 14 de outubro de 2008, o participado dirigiu-se à residência da participante, a fim de cobrar os honorários devidos pelo trabalho prestado;
- e) O participado e a participante entraram em discussão e no decurso da mesma o participado disse-lhe em voz alta: “não me paga o que me deve”;
- f) O encontro não foi, pois, cordial, tendo-se o participado retirado sem concretizar a sua intenção de cobrança.

9. Apreciando

O princípio elementar de que cabe ao participante o ónus da prova da queixa que apresenta contra o participado, obriga a que sejam analisadas as provas que, no decurso do processo disciplinar, foram apresentadas relativamente às acusações formuladas. Importa referir que é procedimento correntemente adotado no desenvolvimento dos processos disciplinares da Ordem dos Engenheiros, dar relevância aos factos dados como provados no decorrer dos processos judiciais que com eles correm em paralelo.

No entanto, ilibado em tribunal, de um ou vários crimes, tal pode não significar que um engenheiro não tenha violado preceitos deontológicos da sua profissão. E se, não foi provado em tribunal o crime de ofensas à integridade física simples da participante, nem tão pouco o crime de injúria, o CDISS, apesar disso, fazendo uso do disposto no artigo 65.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho, que aponta para a autonomia da ação disciplinar da Ordem, valorou como violação da norma contida no n.º 1 do artigo 88.º, do mesmo Estatuto, que obriga os engenheiros a uma conduta irrepreensível, no exercício da profissão, todo o processo de cobrança, realçando o facto de o participado ter dito à participada, em voz alta, na via pública: “não me paga o que me deve”, concluindo que “o encontro não foi, pois, cordial” e tal atitude do participado era passível de sancionamento.

Nas diversas vezes que veio aos autos a participante nunca fez qualquer reparo ao exercício profissional do Engenheiro: o relatório da peritagem foi entregue atempadamente; o trabalho foi tecnicamente correto e desempenhado com competência, tendo como efeito ter a participante beneficiado do mesmo ao ver reduzida a conta do empreiteiro, com quem chegou a acordo (sem que, no entanto, de tal acordo desse conhecimento ao participado). Da queixa da participante, o que ficou provado, com interesse para a decisão, foi a afirmação do participado, em voz alta, “não me paga o que me deve”, no dia 14/10/2008. Posteriormente, a participante chegou a acordo com o participado no pagamento dos honorários e veio aos autos desistir da queixa (fls. 125), desistência cuja não homologação pelo CDISS não foi comunicada ao participado (este veio a ter conhecimento por consulta ao processo na sede da Região Sul, no dia 03/11/2011, altura em que requereu que lhe fossem fornecidas cópias, incluindo de fls. 125), mas que não será aqui analisada, já que não foi objeto das conclusões do recurso, que delimitam o objeto da decisão.

A 1.ª instância entendeu que o participado não teve uma conduta irrepreensível em todo o processo de cobrança, mas como único facto provado relevante para ter concluído que o participado praticou uma infração disciplinar (art.º 67.º EOE) e decidido sancioná-lo com a pena disciplinar de Advertência, foi a afirmação deste, em voz alta, dirigindo-se à participante: “não me paga o que me deve”, no encontro do dia 14/10/2008, pois no que concerne à nota de honorários, o seu conteúdo não mereceu quaisquer reparos à 1.ª instância, que optou por não referir qualquer violação ao disposto no n.º 5 do artigo 87.º do EOE, e, por outro lado, não ficou provado que o seu valor só fosse do conhecimento da participante em

14/10/2008 (nos factos dados como provados pela 1.ª instância, apenas é referido que o participado com a entrega do relatório da peritagem em setembro de 2005 não apresentou a nota de honorários, e que, em 14/10/2008, dirigiu-se à residência da participante para cobrar os honorários).

Assim, estando apenas em causa a violação de uma conduta irrepreensível por parte do participado, torna-se necessário averiguar o que significa conduta irrepreensível no exercício da profissão de engenheiro, o que comporta. É o seguinte o texto do n.º 1 do artigo 88.º do EOE:

"1 – O engenheiro, na sua atividade associativa profissional, deve pugnar pelo prestígio da profissão e impor-se pelo valor da sua colaboração e por uma conduta irrepreensível, usando sempre de boa fé, lealdade e isenção, quer atuando individualmente, quer coletivamente".

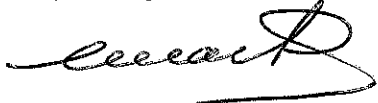
Ora, ainda que se entenda que o conceito de conduta irrepreensível, vai além do uso da boa fé, lealdade e isenção, não permitindo nomeadamente, o ataque *ad hominem*, ofensas à integridade física, o insulto, a humilhação pessoal, o aviltamento, a desonestidade, a improbidade, a difamação, a injúria, a insinceridade, o desrespeito pelos direitos dos outros, ele não pode ser interpretado de forma tão extensiva que nele calba a afirmação em voz alta, na via pública, mas que se provou em tribunal ser verdadeira: "não me paga o que me deve", pois esta, podendo ser considerada uma atitude deselegante, não se afigura passível de ser valorada para efeito de sanção disciplinar. Assim, tendo o tribunal dado por não provado ter o participado cometido os crimes de ofensa à integridade física nem o de injúria, em obediência ao princípio da presunção de inocência (*in dubio pro reo*) constitucionalmente consagrado (art.º 32.º n.º 2 da CRP), e não tendo ficado provado nos autos qualquer outro ato ou afirmação do participado violador de conduta irrepreensível, pois não ficou também provado que a participante só teve conhecimento do valor dos honorários em 14/10/2008, o CDISS deveria ter aplicado o mesmo princípio *in dubio pro reo* no processo disciplinar, e, tal como o tribunal, ter absolvido o participado e arquivado o processo.

Proposta de decisão:

Face a todo o exposto, não se tendo por praticada a aludida infração disciplinar, na procedência do recurso deve ser **revogada a decisão recorrida e absolvido o engenheiro participado**, em consequência se determinando o **arquivamento dos autos**.

Porto, 22 de agosto de 2013.

Joaquim Poças Martins, Relator



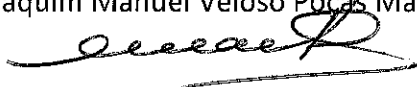
Parecer do Conselho Jurisdicional

O Conselho jurisdicional entende que deve ser perfilhado o Relato que antecede, nos termos e com os fundamentos dele constantes, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, pelo que é de Parecer que seja dado provimento ao Recurso, **revogada a decisão recorrida e absolvido o engenheiro participado**, em consequência se determinando o **arquivamento dos autos**.

À reunião conjunta Conselho Diretivo Nacional/Conselho Jurisdicional.

Lisboa, 5 de setembro de 2013.

Joaquim Manuel Veloso Poças Martins, *Relator*



Luis Manuel Monsanto Serra e Silva

